

ITINERÁRIO TERAPÊUTICO DE USUÁRIOS DE MEDICAMENTOS DO SUS NA ATENÇÃO BÁSICA: AS IDAS E VINDAS PARA O ACESSO INTEGRAL

Annyelle Antonia Braga

Luciane Feltrin Oliveira

Maria Angela Alves do Nascimento

Universidade Estadual de Feira de Santana – Feira de Santana-BA, Brasil

A Assistência Farmacêutica (AF) é definida como um grupo de atividades relacionadas com o medicamento destinadas a apoiar as ações de saúde demandadas por uma comunidade, estando aí inclusos o abastecimento de medicamentos (seleção, programação e aquisição) com base na adoção da RENAME; conservação e o controle de qualidade, segurança e a eficácia terapêutica; acompanhamento e avaliação da utilização; educação permanente para assegurar o uso racional de medicamentos. No entanto, a realidade mostrada por diversos estudos sobre a AF na atenção básica mostra que problemas como o desabastecimento de medicamentos e o uso irracional são frequentes e muitos são os desafios que os usuários enfrentam para ter acesso aos medicamentos necessários à sua terapêutica (BRASIL, 1998; GUERIN G. D, ROSSONI, E.; BUENO, D. 2012). Assim, este estudo teve como objeto analisar o itinerário terapêutico de usuários de medicamentos do SUS na Atenção Básica de um município de grande porte localizado na região do semiárido baiano, a partir dos dispositivos acesso e acolhimento. **METODOLOGIA:** trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativo, realizado em Unidades de Saúde da Família de um município de grande porte localizado na região do semiárido baiano. Os participantes do estudo foram classificados em dois grupos: Grupo 1 – Usuários cadastrados nas USF a mais de 6 meses, maiores de 18 anos (n=20); Grupo 2 - trabalhadores das equipes de saúde da família com experiência de no mínimo seis (6) meses na USF (n=15). As técnicas de coleta de dados empregadas foram a entrevista semi-estruturada e a observação sistemática. O método de análise de dados foi a análise de conteúdo. Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, esta obedeceu à Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** de maneira geral, no cenário estudado, todos os usuários entrevistados se depararam, em algum momento da assistência, com a não disponibilidade de medicamentos nas USF. A Política Nacional de Medicamentos foi instituída para assegurar que a população tivesse acesso aos medicamentos considerados essenciais. No entanto, mesmo com a criação da PMN e a reorientação da AF através da descentralização e municipalização da gestão, o acesso e o uso racional de medicamentos ainda não são realidades na localidade estudada. De fato, nas USF estudadas percebemos a falta dos medicamentos considerados essenciais e que são distribuídos na atenção básica. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) os medicamentos essenciais são aqueles que satisfazem às necessidades de saúde prioritárias da população e devem estar acessíveis em todos os momentos, na dose apropriada, a todos os segmentos da sociedade. Logo, é possível notar um descompasso entre o que está instituído legalmente e a realidade estudada. As falhas no âmbito gerencial e assistencial são perceptíveis através, principalmente, da indisponibilidade de alguns medicamentos essenciais prescritos nas unidades de saúde. Esse problema pode ser resultado de diversos fatores, entre eles falhas no ciclo da AF, como, por exemplo, nas etapas de seleção e programação dos medicamentos. Através do uso dos itinerários

terapêuticos, uma ferramenta útil para subsidiar o conhecimento acerca de como ocorre a busca dos sujeitos pela saúde, construída através de hábitos e crenças populares, identificamos que os participantes do estudo mostraram que a maioria não consegue adquirir todos os medicamentos prescritos gratuitamente no SUS e poucos recebem informações sobre alternativas de como conseguir este medicamento, ouvindo apenas “infelizmente não tem ou veio pouco e já acabou”; “volta daqui uns dez dias que chega novamente, mas vem cedo que pode acabar”. Alguns usuários, através de informações obtidas de parentes e amigos procuram alternativas como a farmácia popular, porém poucos tem acesso a essa informação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Apesar do avanço proporcionado pela criação de um sistema de saúde público de acesso universal, estamos um pouco distantes dessa universalidade. Em relação à AF, o acesso a medicamentos considerados essenciais de forma gratuita não é integral, é fragmentado e parcial, o que compromete a resolubilidade do sistema e obriga os usuários a construírem caminhos alternativos na tentativa de obter seus medicamentos. Apontar e compreender quais os fatores contribuem para a não resolubilidade da atenção à saúde nas USF é uma forma de contribuir para a melhoria do sistema e do cuidado à saúde.

PALAVRAS CHAVE: Resolubilidade; Assistência Farmacêutica; Itinerário Terapêutico